

# Dívida exige mudanças

CORREIO BRAZILIENSE

31 JUL 1984

Agora, finalmente, parece que as autoridades estão de acordo com a tese de que o Brasil não pode continuar renegociando a cada ano sua dívida externa, nem muito menos submeter-se às absurdas condições de taxas de juros e emolumentos impostos pelos bancos toda vez que com eles nossos negociadores sentam-se à mesa de negociações. Tudo isso sob o pálio do malfadado acordo com o FMI.

O presidente do Banco Central, às vésperas de sua viagem a Washington, declarou à imprensa que o Brasil desfruta de condições objetivas — saldo de divisas, **superávits** comerciais contínuos, contenção do **deficit público** etc. capazes de dar-lhe cobertura em sua exigência de renegociar a dívida dentro de outro esquema. Expressamente, Afonso Celso Pastore indicou a necessidade de ser firmado um acordo de duração plurianual, com maiores prazos para o principal e juros vencedores e mesmo vencidos, menores **spread** e comissões e, sobretudo, eliminação da **prime rate** americana como base para fixação dos juros. Estes terão de ser mensurados pela **libor**, sempre menor que a outra.

Provavelmente, os defensores da atual política econômica poderão argumentar com os êxitos logrados pelo País depois do acordo com o FMI para afirmar que, precisamente em virtude deles, é que podemos agora pensar em amenizar as condições sob as quais estamos cumprindo nossas obri-

gações externas.

Talvez tenham alguma razão nesse ponto. Mas ainda se pode lembrar que o altíssimo preço pago pelo Brasil em termos de crise social certamente deveria ter aconselhado às autoridades a adotarem uma postura mais erecta diante dos banqueiros e do Fundo Monetário. As exigências destes foram aceitas sem muita resistência e o resultado — por tantos antecipado como desastroso — não demorou muito a se comprovar. Isto, porém, é uma discussão a esta altura ultrapassada. Devemos ter os olhos postos no futuro, pois é da próxima rodada de negociações com os credores que dependerá, efetivamente, a mais rápida retomada do crescimento econômico de que tão desesperadamente carecemos para evitar uma explosão social avassaladora neste País demasiado sofrido e penalizado.

Portanto, ainda bem que Pastore proclama sua convicção nos termos acima resumidos. Estamos certos de que ele, à frente da equipe de negociadores do Banco Central, tudo fará para que o Brasil consiga sair dos próximos acordos com os banqueiros em situação muito mais confortável do que da última vez.

Há que considerar, entretanto, fatores adversos que deverão ser enfrentados com firmeza nesse breve entretanto. Um deles é a atitude de indistância insensível que amplos setores

HUMBERTO QUADROS

da opinião pública americana manifestam face ao dramático quadro social e político da maioria dos países devedores. Estes podem servir — como têm servido — de supridores de dólares para o financiamento do colossal **deficit** fiscal dos Estados Unidos, através da crescente evasão de divisas fortes que saem de suas fronteiras para aquisição de títulos de bancos americanos. Pois é a mobilização insaciável desses recursos que tem sido responsável pela colocação de maciços volumes de Letras do Tesouro junto a aqueles bancos, assegurando-se o fluxo gigantesco de doze a quinze bilhões de dólares por semana observado nos últimos meses nos Estados Unidos.

Os países devedores, porém, são encarados como relapsos e quase responsáveis exclusivos pelo oceano de dívidas em que foram tragados. O contribuinte médio americano não quer nem ouvir falar sobre a necessidade de seu Governo adotar uma posição favorável ao pleito das nações pobres e em dificuldades no Terceiro Mundo. O que ele deseja é preservar seu elevadíssimo padrão de vida, ainda que parcialmente à custa do demagógico corte de impostos com que Reagan beneficiou empresas e contribuintes físicos e que acabou criando o tremendo **deficit** fiscal deste ano.

Não podemos esquecer, na hora da onça beber água, que muitos desses contri-

buintes insensíveis estarão na retarguarda dos grandes bancos credores como seus acionistas, protestando contra qualquer tipo de concessão que importe em perda de lucros.

Nossa atitude, entretanto, neste mundo cada vez mais dominado pelo egoísmo e a indiferença, é olhar para os milhões de desempregados brasileiros, para os miseráveis das cidades e dos campos, para os carentes de tudo. O que cedermos aos de lá — que têm em excesso — estará sendo negado aos de cá — que nada têm.

Temos de defender, antes e acima de tudo, o sagrado interesse do País e do povo brasileiro. Hoje, a dívida externa representa o fator mais grave de sofrimento e atraso para milhões de nossos patricios. A política recessiva importa em decorência dos compromissos assumidos com o FMI — e que já por quatro anos devasta a sociedade brasileira — precisa ser suspensa urgentemente e substituída por outra que retome o desenvolvimento global da economia.

O Brasil tem o dever e a necessidade de conseguir para si próprio, como fruto dos entendimentos com os credores e o FMI, uma plataforma de compromissos externos que permita ao novo governo que se instalar em março de 85 canalizar as energias de toda a população aflita e perplexa para o rumo do crescimento econômico, da distensão social e da plena e definitiva democratização da vida do País.